



Presidente p.4

“A realidade desmente” as previsões do Governo



Parlamento p.11

“António Costa é o campeão da desconfiança”

# Povo Livre



nº 1910

17 de fevereiro de 2016

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Captação de investimento deve ser um projeto nacional

O presidente do PSD participou na conferência “Amanhecer com futuro”, em Oeiras

Pedro Passos Coelho na conferência “Amanhecer com futuro”, em Oeiras

# Captação de investimento deve ser um projeto nacional



A atração de investimento deve ser um projeto nacional, que una os partidos, apesar de ser difícil de conseguir atualmente. “Temos de encontrar uma forma de atrair mais investimento externo para Portugal e isso devia ser um projeto nacional”, declarou Pedro Passos Coelho, numa conferência intitulada “Amanhecer com futuro”, nas instalações da Associação Empresarial da Região de Lisboa, em Oeiras, 11 de fevereiro.

O líder do PSD retomou o tema da atração do investimento, declarando: “Admito que seja um bocadinho difícil alcançar este objetivo e ao mesmo tempo ter de explicar que uma parte significativa das decisões que o Governo pode ter de tomar dependem da CGTP ou dependem do Bloco de Esquerda, porque estas não são instituições que inspirem a maior confiança nos investidores”.

Quando introduziu este assunto, Passos Coelho argumentou que, “nesta matéria, as diferenças entre os partidos não deviam ser muito relevantes” porque todos beneficiam da atração de investimento externo e do crescimento da economia e do emprego que daí resultam. “Devia haver muitas outras matérias sobre as quais pudéssemos discordar, mas depois podermos todos convergir para a necessidade de atrair investimento estrangeiro”, reforçou.

O presidente do PSD acrescentou que “o investimento estrangeiro, seja investimento em títulos de dívida pública, seja em obrigações das empresas, seja diretamente no capital das empresas ou em novas empresas”, implica confiança.

“O mundo vive na base da confiança, é mesmo assim. Depois, é preciso que essa confiança seja sólida, que não

seja só conversa”, prosseguiu.

Neste ponto, referiu-se de forma crítica à situação atual. “Não pode ser um bocadinho ao jeito daquilo que vou vendo nos dias de hoje: ouve apenas o que eu digo, não vejas o que eu faço. Uma coisa tem de corresponder à outra”, afirmou.

Nesta intervenção, que durou cerca de 40 minutos, Passos Coelho defendeu que Portugal precisa de “manter as boas contas” e não pode ter a imagem de “um país de incumpridores”, apontando a Grécia como exemplo a não seguir. Pedro Passos Coelho, que está em campanha interna como candidato a um novo mandato de dois anos como presidente do PSD, enunciou como prioridades para o futuro a demografia, a melhoria do funcionamento dos serviços do Estado e o combate às desigualdades.

Durante esta intervenção, Passo Coelho acusou o Governo PS de estar pôr em causa a confiança. “Não quero que aconteça ao meu país o que aconteceu na Grécia. Não quero que aconteça aquilo que aconteceu no passado”, declarou Pedro Passos Coelho, numa conferência em Oeiras, distrito de Lisboa, em que apontou como “muito significativo” o que se passou na reunião do Eurogrupo de 11 de fevereiro.

Passos Coelho referiu que o ministro das Finanças, Mário Centeno, se comprometeu a preparar medidas adicionais, embora dizendo estar convicto de que não serão necessárias. “Esperamos todos que elas não venham a ser necessárias, mas não foi um acaso que tivessem sido pedidas. Como não foi um acaso que já tivesse sido pedido pela Comissão Europeia, antes, outras medidas que não constavam das intenções iniciais”, sustentou.

Segundo Passos Coelho, o executivo do PS tomou opções orçamentais “demasiado imprudentes e arriscadas” e de forma consciente: “Podia ter feito de outra maneira, sabendo que era isto que ia acontecer, evitava criar esta incerteza”. “Insistiu em apresentar uma coisa que sabia que não tinha viabilidade”, reforçou, acrescentando que isso obrigou depois o Governo a “andar às arrecuas e a explicar-se a toda a gente e a telefonar às agências de ‘rating’ e a tentar convencer as pessoas que não, que aquilo não é o que parece”.

Neste contexto, questionou: “Porquê então este espetáculo todo? Porque é que já vamos na terceira versão do Orçamento que vai ser entregue no parlamento para discussão, se já sabíamos quais as regras?”.

“Se nós queremos dar sinais de preocupação e de inquietação, então o Governo está bem. Para poder fazer exercícios de aparente autoridade, então continue”, criticou.

O presidente do PSD apelou ao Governo chefiado por António Costa para que, se quiser fazer “diferente do anterior”, o faça sem “pôr a confiança do país em causa”. “Eu, como já ouvi esta conversa antes e já vi este filme aqui e lá fora, preferia que esse filme não corresse. Que façam lá as coisas que entendam, cumpram um programa diferente, sem semear a incerteza, a imprevisibilidade, a insegurança no país”, pediu.

Recordou que em dezembro já tinha perguntado ao primeiro-ministro, António Costa, o que pensava fazer caso a Comissão Europeia colocasse dúvidas ao cumprimento das metas orçamentais. “Na altura, ele não respondeu, como de resto acontece com frequência”, disse Passos Coelho.

A este propósito, Passos Coelho aproveitou para responder às críticas que fazem à sua atuação no plano europeu: “Mas na verdade eu não sou um adivinho e, ao contrário do que agora para aí sugerem, não tenho poderes ocultos em Bruxelas. Até porque, não sei se se recordam, eu era assim uma espécie de ‘lacaio’ em Bruxelas. Ora os lacaios não mandam nos patrões, portanto, não cola uma coisa com a outra”.



O líder do PSD no debate quinzenal

# “A realidade desmente” as previsões do Governo

Pedro Passos Coelho recordou na sexta-feira, 12 de fevereiro, que no final da reunião do Eurogrupo o comissário europeu dos assuntos económicos, Pierre Moscovici, alertava que era preciso Portugal restaurar a confiança dos investidores. Aproveitando a presença do primeiro-ministro no Plenário, o líder do PSD começou por questionar a António Costa qual entende ser o motivo que levou a este pedido do comissário. Pedro Passos Coelho entende que “a confiança foi abalada” pelo Governo do PS e que “o projeto de Orçamento e o Orçamento não merecem a confiança nem dos mercados, nem da Comissão Europeia, nem dos portugueses”.

Lamentando o impulso patológico do PS e do Governo de arranjar sempre um “bode expiatório” quando as coisas lhe correm mal, o social-democrata lembrou ao primeiro-ministro que nos últimos 4 anos Portugal fechou o memorando de entendimento, diminuiu o desemprego e teve uma economia que cresceu 1,5% no ano de 2015. “Estes são os factos: a economia cresceu, o desemprego decresceu e nunca no final de uma reunião do Eurogrupo um comissário veio dizer que era preciso restaurar a confiança. E sabe porquê? Porque a confiança estava restaurada. Mas agora foi abalada”.

O presidente do PSD perguntou “qual é o plano B” do Governo “para acudir à situação orçamental”, mas o primeiro-ministro não antecipou novas medidas, afirmando que serão preparadas para estar em carteira, mas não serão necessárias. Durante o debate quinzenal, no parlamento, Pedro Passos Coelho considerou que “parece cada vez mais necessário” haver um “plano B” do Governo, e insistiu para que o primeiro-ministro dissesse “que tipo de medidas” estão a ser preparadas e “sobre que áreas atuam”, defendendo que “o país tem direito a saber”.

Passos Coelho recordou que António Costa foi desmentido pela realidade e que, ao contrário do que prometeu, “o Governo não reverteu austeridade nenhuma, está a redistribuir a austeridade e com isso a pôr em risco a imagem de Portugal nos mercados”. Lembrando que o Ministro das Finanças anunciou que ia apresentar novas medidas para fazer face à falta de confiança dos mercados e da Comissão Europeia, o social-democrata frisou que este é um orçamento que também não merece a confiança dos portugueses “que estão intranquilos com o que se está a passar”. “Dado que a realidade já



desmentiu o senhor primeiro-ministro várias vezes e que o senhor primeiro-ministro teve o seu Governo a fazer o contrário daquilo que aqui me respondeu, por mais do que uma vez, espero que desta vez tenha a oportunidade de acertar naquilo que vai dizer em termos perspetivos. Qual é o plano B que o Governo está a trabalhar para ter disponível para acudir à situação orçamental se necessário”, questionou.

O presidente do PSD assinalou o aumento dos juros da dívida, referindo que “não tem paralelo” com o trajeto dos últimos anos, e sustentou que “o mercado está

a sinalizar a Portugal que se houver mais problemas no futuro nos penalizará de uma forma que não penalizará os outros”. E manifestou que “o Governo está a levar o país para uma situação de risco”, acrescentando: “Se andar mais depressa significa tropeçar e pôr o país na dependência da avaliação de uma empresa de ‘rating’, então, senhor primeiro-ministro, o senhor será responsável por não ter tido o cuidado de pensar duas vezes na estratégia que está a seguir”.

Passos Coelho ressaltou que “o Governo não tem vindo a cumprir com zelo a sua função de dar tranquilidade



ao país e também não dá transparência” e que está “a conduzir a política económica e financeira de uma forma arriscada, que coloca Portugal numa situação de maior vulnerabilidade”.

Frisando que fica claro que o Governo não quer informar o país e o parlamento de quais as medidas adicionais que está a preparar, o líder do PSD manifestou a certeza de que elas serão acordadas em conjunto com o PCP e BE. “Na verdade, o senhor primeiro-ministro é responsável de estar a conduzir a política económica e financeira de uma forma arriscada, que coloca Portugal numa situação de maior vulnerabilidade. Nós sabemos que os mercados financeiros estão arriscados, mas sabemos que os juros da dívida portuguesa a 10 anos estão a comportar-se de forma diferente do que acontece com outros países



periféricos que também têm problemas. O mercado está a sinalizar a Portugal que se houver mais problemas no futuro nos penalizará. O Governo está a levar o país para uma situação de risco”. “O Governo, ao contrário do que prometeu, não reverteu austeridade nenhuma. Está a redistribuir a austeridade, e com isso a pôr em risco a imagem de Portugal nos mercados”, acrescentou.

Quanto aos juros da dívida pública, o presidente do PSD referiu que “estão a comportar-se de uma forma

diferente do que acontece com outros países periféricos que também têm problemas” e que “o que se está nesta altura em Portugal não tem paralelo com aquilo que aconteceu de há vários anos a esta parte”.

O último debate quinzenal aconteceu a 29 de janeiro, no rescaldo das eleições presidenciais, mas foi o Orçamento do Estado que acabou por marcar a discussão, quando ainda não havia “luz verde” de Bruxelas ao esboço apresentado pelo Governo.

# Governo desfaz as políticas anteriores e depois “pede sentido de responsabilidade”



O presidente do PSD pediu “decoro” ao Governo para que não peça aos sociais-democratas que apoiem as atuais políticas, pois as mesmas revertem todo o trabalho do anterior executivo. “Não nos venham exigir, em nome do nosso sentido de responsabilidade, que apoiemos os programas que querem reverter tudo o que fizemos e culpar-nos de todo o mal que existe no país, isso não”, disse Pedro Passos Coelho, acrescentando: “Haja pelo menos esse decoro, de não pedirem o nosso apoio para combater as nossas ideias e desfazer as reformas que nós fizemos”. O presidente social-democrata falava em Portalegre, dia 13, no decorrer de um almoço convívio com simpatizantes e militantes do PSD, tendo visitado antes uma exploração agrícola.

Passos Coelho fez questão de frisar que o Governo é

sustentado por uma maioria de esquerda e que a mesma “não se confunde” com o PSD. “Temos hoje outro Governo e um Governo que é sustentado por uma outra maioria. Essa maioria não se confunde connosco, não somos nós que apoiamos o atual Governo, é o PCP, o PEV, BE, o PAN e o PS que apoiam o atual Governo”, disse. “E qual é o seu programa? Desfazer o que nós fizemos, este é o programa do atual Governo. Ao cabo de dois meses e meio, o que se conhece do atual Governo é fazer o contrário do que o Governo anterior fez, não me parece um caminho normal”, sublinhou.

O primeiro-ministro, António Costa, afirmou numa entrevista publicada no sábado no “Expresso” que o PSD se deve libertar do “casulo em que ficou fechado” para que possa regressar “à vida democrática no presente”. Ques-

tionado se teme que o Presidente da República eleito a 24 de janeiro o tente “empurrar” para entendimentos com os sociais-democratas, António Costa respondeu que entendeu as palavras de Marcelo Rebelo de Sousa como “um convite a que o PSD se liberte do casulo em que ficou fechado e possa regressar à vida democrática no presente, convivendo com os demais partidos”.

Pedro Passos Coelho considerou “lamentável” que o Governo tenha omitido aos portugueses a eventual entrada de capital chinês na TAP, esperando obter “rapidamente” esclarecimentos sobre a matéria no parlamento. O semanário “Expresso” noticiou que o “Governo deixa entrar chineses no capital da TAP”, sublinhando que o executivo de António Costa “assinou cláusula” para a HNA ter 10 por cento da empresa: “Fomos todos



surpreendidos com essa notícia e acho mesmo espantoso que o Governo tenha sido chamado ao parlamento para esclarecer o que é que se passou com a renegociação do processo de privatização sobre a TAP e tenha omitido estas informações”.

Pedro Passos Coelho qualifica a atitude do Governo como “reprovável” ao omitir este tipo de questões, causando-lhe “perplexidade”. “Eu acho isto espantoso. Como forma de garantir a transparência e, até, a regularidade de processos que são públicos, parece-me a todos os títulos reprovável”: “Acho que o mínimo que o Governo pode fazer é reconhecer que faltou com o esclarecimento que era devido ao parlamento e, em vez de andar a meter as notícias nos jornais, que informe as instituições, com transparência, daquilo que é o seu trabalho, nomeadamente em termos contratuais, quando isso traduz compromissos do Estado e dos contribuintes para futuro”. Passos Coelho disse esperar obter esclarecimentos “o mais rapidamente possível”, defendendo, ainda, que o Governo não deve ficar à espera que sejam os partidos a chamar o executivo ao parlamento. “Esta não é uma maneira correta, adulta, não é uma forma madura de tratar os portugueses e a política portuguesa”.

## Primeira versão do Orçamento do Estado cedeu à realidade

Questionado sobre o Orçamento do Estado para 2016, Pedro Passos Coelho declarou que tinha deixado pronta a revisão das portagens no sentido de fazer uma discriminação positiva para as vias situadas em áreas mais deprimidas economicamente. “O anterior Governo tinha deixado praticamente pronta a revisão das portagens no sentido de fazer uma discriminação positiva em todas as vias que se situam em áreas mais deprimidas economicamente”, mencionou o líder social-democrata.

Passos Coelho participava num encontro com empresários de Castelo Branco, onde se deslocou no âmbito da sua candidatura a um novo mandato de dois anos como líder do PSD e respondeu ao presidente da Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB), José Gameiro, que trouxe à discussão o preço das portagens na A23. “Não vejo nenhuma razão para que o Governo possa tomar rapidamente uma decisão sobre esta matéria e, desde que se preserve o princípio do utilizador-pagador, nada impede que possa haver uma diferenciação que está justificada”.

Na sua intervenção, explicou aos empresários que por razões de calendário eleitoral, foi decidido não tomar medidas de diferenciação positiva para que não houvesse a interpretação de que o Governo que liderou o iria fazer



por “questões meramente eleitoralistas”.

O líder do PSD adiantou ainda que o estudo estava feito e a Infraestruturas de Portugal (IP), estava preparada com uma proposta em cima da mesa para que o Governo tomasse uma decisão. “Havia uma proposta em cima da mesa com vários cenários possíveis onde o Governo podia escolher aquele que seria mais favorável com estas duas variáveis [diferenciação do transporte normal e de transporte de pesados] e isso permitiria uma combinação positiva e favorável face àquilo que são os preços praticados em outras vias nacionais”, sustentou.

Passos Coelho disse também que nos territórios de baixa densidade é natural que o Estado, dentro do possível, “trate diferente o que é diferente”.

Quanto à diferenciação fiscal, outra das questões levantadas pelos empresários, o líder do PSD disse que iniciou há algum tempo, ao nível do IRS e do IRC, alguma dessa discriminação. “Existem alguns incentivos para empresas que operem e que se fixem nestas regiões, terem um nível de fiscalidade mais favorável. Normalmente, são benefícios fiscais que têm majorações que vão às vezes entre cinco e 10 % das taxas normais que são fixadas”, concluiu.

## Aumento do preço dos combustíveis “não faz sentido”

Em Torres Vedras, na sexta-feira, o líder do PSD afirmou que não faz sentido aumentar o preço dos combustíveis, alertando para os impactos negativos sobretudo nos transportes, na agricultura e nas empresas exportadoras. “Pede-se às pessoas que paguem mais impostos para que o Estado lhes dê mais dinheiro. Não tem uma grande explicação racional em termos económicos, não faz sentido, exceto para evitar dizer aos portugueses aquilo que deveria ser dito: a nossa recuperação não se pode fazer da noite para o dia, nem de um ano para o outro”, afirmou Pedro Passos Coelho. “O nível de aumento do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) é muito intenso”, acrescentou, à margem de uma visita a uma exploração hortofrutícola na freguesia de A-dos-Cunhados, no concelho de Torres Vedras.

O social-democrata alertou que “de um modo geral

os portugueses, quer andem de automóvel ou não, acabarão por suportar o custo mais elevado que os combustíveis representarão” e que o aumento do ISP vai ter “consequências no crescimento económico”. Rodeado de agricultores, Passos Coelho sublinhou que a agricultura é um dos setores que vão ser mais penalizados por este aumento. “O gasóleo verde, que há vários anos estava isento de qualquer alteração do imposto sobre os combustíveis vai ser aumentado em cerca de metade do que existe para todos os combustíveis, o que significa que nos próximos anos a agricultura portuguesa será menos competitiva”, explicou, perante agricultores.

Além de discordar do aumento do preço do gasóleo verde, Passos Coelho defendeu que a explicação dada pelo Governo para esta alteração- “para tirar mais partido dos fundos europeus, o Estado precisa de aumentar a contrapartida nacional e, nessa medida, vai buscar aos agricultores para devolver aos agricultores” - “não é racional, não se percebe”.

Já em relação às empresas de transportes, o líder social-democrata e recandidato ao cargo disse que as preocupações da Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM) são “justificadas”.

Passos Coelho destacou também as consequências para as empresas de exportação, defendendo que, em resultado dos aumentos dos combustíveis, “os produtos portugueses tenderão a ser menos competitivos do que eram antes na medida em que estão agravados por outros custos que não podem deixar de ser refletidos nos preços”.

A portaria que determina o aumento do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) em seis centimos por litro na gasolina sem chumbo e no gasóleo rodoviário e três centimos por litro no gasóleo verde entrou em vigor no dia 12 de fevereiro. O Governo justifica a decisão com o objetivo de “ajustar o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) à redução do IVA cobrado por litro de combustível, atendendo à oscilação da cotação internacional dos combustíveis e tendo em consideração os impactos negativos adicionais causados pelo aumento do consumo promovido pela redução do preço de venda ao público”. Na portaria, é também determinado um aumento de três centimos por litro no imposto aplicável ao gasóleo colorido e marcado (gasóleo verde ou agrícola).

# Governo coloca “homens de mão” na TAP

O PSD acusa o primeiro-ministro de querer colocar “homens de mão” na administração da TAP, sugerindo que essa foi a motivação do acordo que deu ao Estado 50% do capital da empresa. “É legítimo pensar que o esforço a que os portugueses são chamados, com alívio do privado, mais não serve do que para colocar os homens de mão e os comissários políticos e partidários do atual primeiro-ministro dentro da companhia aérea”, defendeu o deputado social-democrata Luís Leite Ramos, durante um debate de urgência sobre a TAP no parlamento, requerido pelo PSD.

Depois, perguntou se é verdade que “o primeiro-ministro se prepara para nomear como presidente da TAP” o dirigente socialista Luís Patrão, a quem se referiu como “o diretor-geral do PS, o homem que trata dos recursos humanos e da máquina socialista e cuja passagem pelo Governo ficou marcada pela sua demissão a par de Armando Vara por causa do escândalo da Fundação da Prevenção e Segurança”.

Dirigindo-se ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, que não deu resposta a estas questões e acusações sobre lugares na TAP, o deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD sustentou ainda que o primeiro-ministro, António Costa, indicou um “emissário amigo” para o processo negocial com o consórcio Gateway.

Luís Leite Ramos acrescentou que esse “emissário amigo do primeiro-ministro, com um passado ligado ao mais ruinoso negócio de sempre da TAP, a engenharia e manutenção do Brasil” - que não nomeou - “tem agora o seu pagamento como administrador nomeado pelo Estado na TAP, nomeado para um dos seis lugares que o Estado pediu para que lá pudessem ser colocados”.

“A verdade é esta: estamos a falar de seis lugares para administradores na TAP onde parece haver espaço para todos sem critério e sem ética”, considerou.

O PSD requereu potestativamente a realização de um debate de urgência na Assembleia da República sobre a privatização da TAP e as alterações ao contrato assinadas pelo Governo. O requerimento, assinado pelo líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro, deu entrada no parlamento, referindo o texto que “importa conhecer, debater e avaliar no quadro da Assembleia da República, a operação de reversão parcial da privatização de 61% do capital social da TAP, que confere agora ao Estado a posse ambígua de 50% das ações da empresa”.

O documento assinala ainda ser necessário conhecer as condições do novo negócio “e implicações para o Estado e para o erário público, bem como as respetivas consequências para a estabilidade e sustentabilidade da empresa”.

O PSD formalizou junto da Assembleia da República, o requerimento para ouvir na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas o ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, bem como o pedido para terem acesso a uma cópia do acordo firmado entre o Governo e os acionistas do consórcio Atlantic Gateway, o anunciado acordo parassocial e demais documentação relacionada com este tema.

Segundo o PSD, o acordo firmado no sábado “deixou a TAP numa situação híbrida e o Estado português com uma quota de 50% do capital social da empresa”. No texto do requerimento é referido que subsiste “um grau de indefinição na empresa que poderá vir a revelar-se problemático para o seu desenvolvimento futuro e para a estabilidade dos seus trabalhadores, acentuando as interrogações que naturalmente se colocam relativamente a um próximo acordo parassocial a assinar e seus contornos”. “Acresce em concreto que o Estado volta a deter uma parcela substancial das responsabilidades pela empresa, do respetivo passivo e dívida, e suscita legítimas preocupações relativamente às condições de sucesso e sustentabilidade da TAP e à salvaguarda do verdadeiro interesse público, desconhecendo-se quais as contrapartidas, quais os compromissos e quais os encargos que esta nova posição de retrocesso do Estado irá implicar”, alertam ainda.



## Taxa de abandono escolar precoce desce para 13,7%



O PSD congratulou-se com a “baixa muito acentuada” da taxa de abandono escolar precoce, que atingiu no ano passado 13,7%, considerando que o caminho de recuperação do sistema educativo é “notável”. “Foi com muito agrado que o grupo parlamentar do PSD tomou conhecimento [quarta-feira] de um dado que tem muito significado político, que é a baixa muito acentuada da taxa de abandono escolar precoce que atingiu em 2015 13,7%”, afirmou Luís Montenegro, no final da reunião do grupo parlamentar do PSD, dia 11.

Recordando que em 2010 a taxa era de 28,3%, o líder da bancada social-democrata notou que “o caminho de recuperação no sistema educativo é de facto notável” e que Portugal já percorreu quase todo o percurso necessário para atingir uma taxa de 10% em 2020, a meta fixada para Portugal no âmbito do programa comunitário Horizonte 2020.

“Para aqueles que andaram a desdenhar tanto das políticas de educação do anterior Governo é altura para lembrar que medidas importantes como a implementação em concreto nas escolas das escolaridade obrigatória até aos 12 anos de escolaridade, a aposta muito enfática no ensino vocacional com o envolvimento de todos os agentes, nomeadamente com a comunidade escolar, com as autarquias locais, está de facto a produzir resultados”, venceu.

De acordo com dados revelados quarta-feira, dia 10, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de abandono precoce de educação e formação caiu para os 13,7% em 2015, quase menos 4% do valor de 17,4%, registado em 2014.



# José Matos Rosa esteve no Congresso da Distrital da JSD da Guarda

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa esteve no Congresso da Distrital da JSD da Guarda, que decorreu na Mêda, no sábado, 13 de fevereiro 2016.



# Melhoria do centro histórico de Leiria passa por intervenção pública e privada

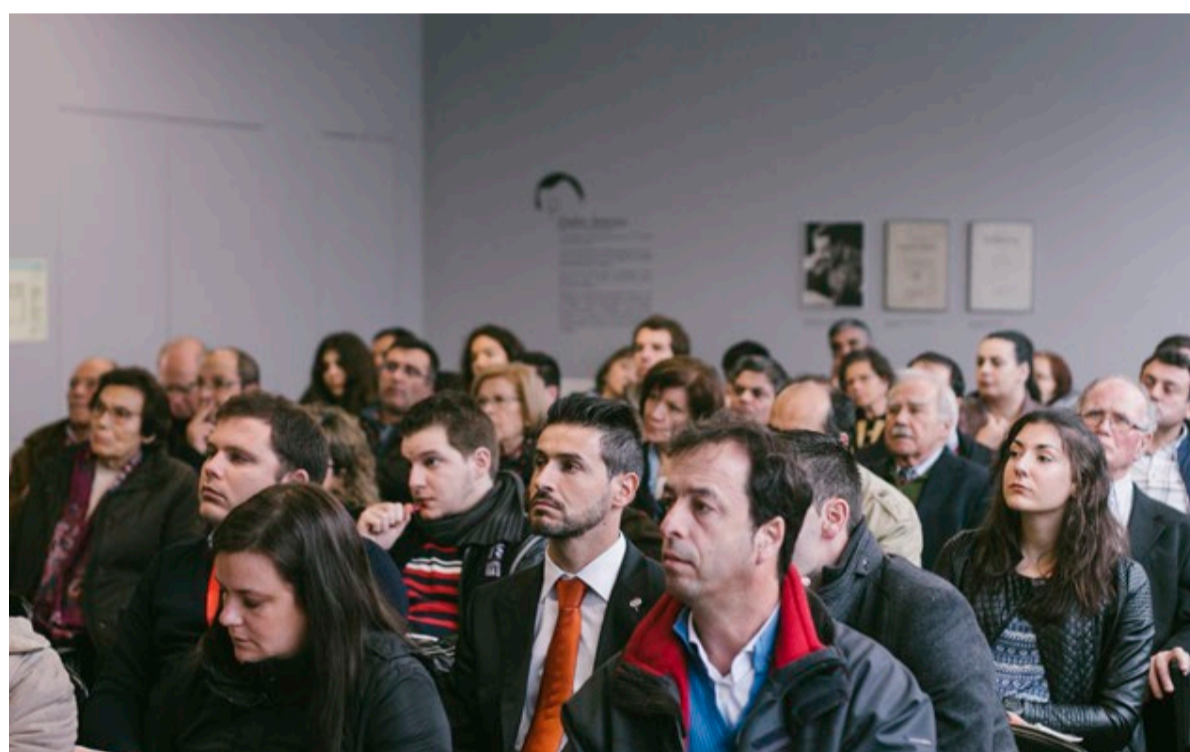


Devem conciliar-se vontades para criar condições favoráveis ao desenvolvimento do centro histórico de Leiria. Esta é uma das principais conclusões do debate promovido pela Secção do PSD de Leiria, no sábado, 13 de fevereiro, que juntou técnicos, moradores, comerciantes e outros interessados. A melhoria do centro histórico de Leiria passa por intervenções no domínio público e privado, mais concretamente pelos proprietários dos edifícios e também por quem resolva investir naquela área. Este é o sentimento comum evidenciado pelo painel de oradores convidado pelo PSD de Leiria, designadamente pelo arquiteto João Patrício, pelo presidente da ACILIS, Lino Pereira, pela diretora da Remax Inn, Teresa Mesquita, e também por Fernanda Sobreiro, uma das residentes locais.

Depois de uma breve apresentação efetuada por Álvaro Madureira, presidente do PSD de Leiria, o arquiteto João Patrício sublinhou a importância de se investir nas zonas prioritárias - Praça Rodrigues lobo, Praça do Terreiro, Largo da Sé e Rua Direita, aliás reconhecidos eixos do centro histórico de Leiria. O técnico defendeu uma zona assente nestes pilares, com a criação de duas praças, uma de charme, com esplanadas com mobiliário de qualidade, no Terreiro, e uma praça de contemplação, com palco, enquadramento por jardim vertical e vista sobre o castelo para cerimónias religiosas ao ar livre, esta no Largo da Sé.

Numa linha semelhante, o presidente da ACILIS admitiu a necessidade de serem criados "espaços públicos para criar conforto, com zonas verdes onde as pessoas podem vir e estar". Lino Ferreira considera igualmente que deve ser reforçada a higiene e a segurança policial na zona.

Esta tônica - da necessidade de higiene e seguran-



ça - foi também acentuada pela moradora e Fernanda Sobreiro, ao afirmar que não há equipamentos públicos sanitários, o que contribui para o aumento da degradação da higiene no centro histórico e que "os moradores se sentem como estivessem num gueto".

Mas a "alma" do centro histórico é o seu edificado e parte dele, como é do conhecimento público, está degradado ou em degradação contínua. O que fazer então? Para Lino Ferreira, "é necessário promover a existência de condições para a requalificação das edificações". Mesmo assim, muitos proprietários podem nem sequer estar interessados numa eventual requalificação dos seus edifícios. A venda pode ser uma solução? A mediadora imobiliária Teresa Mesquita considera que sim, até porque "existem investidores interessados na compra de imóveis do centro histórico". Neste caso particular, a gerente da Remax Inn considera que "deveria haver a união entre os proprietários permitindo a conjugação do preço por metro quadrado e definirem para que fim é que querem vender, de forma a manter a história do centro histórico".

Certo é que "a requalificação dos edifícios deve ser completa e não apenas 'pintar paredes'", como referiu a moradora Fernanda Sobreiro, uma opinião corroborada por José Vitorino Guerra, outro morador, esclarecendo

que "os edifícios devem ser reabilitados, e não destruídos". Para este interlocutor, "a desertificação do centro histórico deve-se em parte à falta de incentivos para o seu repovoamento", notando-se "uma diminuição da população jovem". Sublinhou, ainda, que "deve apostar-se no estacionamento", uma opinião também veiculada por outros participantes.

Já na parte de debate, animado por vários intervenientes, o arquiteto Francisco Marques resumiu um pouco do sentimento que foi sendo transmitido neste colóquio: "Deve apostar-se no centro histórico de modo a criar um ambiente propício à habitação por famílias. Isso é mais importante que a promoção de eventos/atividades como feiras ou o "Colour run", que apenas trazem uma vida temporária à cidade e no fim não se verifica qualquer alteração de relevo para os habitantes locais".

Relativamente aos bares, as âncoras de animação noturna do centro histórico, as opiniões são unânimes em reconhecer a sua importância, mas existem ressalvas. Para a moradora Fernanda Sobreiro, "os bares devem existir, mas a funcionarem das 22h30 às 5h00 da manhã é complicado". O seu "vizinho" José Vitorino Guerra também considera que "a hora de fecho dos bares deve ser respeitada", mas também considera que são necessários mais incentivos positivos para o desenvolvimento dos bares da Rua direita e da Praça Rodrigues Lobo.

# “António Costa é o campeão da desconfiança”

No início do debate preparatório do Conselho Europeu, Luís Montenegro confrontou António Costa com uma pergunta que ficou por responder do debate anterior que fez com Passos Coelho, referente à realização de uma auditoria externa independente ao caso BANIF. Recordando que essa proposta foi rejeitada pelos partidos que suportam o Governo, o líder parlamentar do PSD questionou do que é que o Governo tem medo. “O que é que há a esconder para impedir que tudo aquilo que envolveu esse processo possa ser escalpelizado”, questionou o deputado.

Centrando-se na preparação do Conselho Europeu, Luís Montenegro frisou que Portugal está confrontado com um problema de credibilidade. “É muito difícil ao Governo português fazer ouvir a sua voz quando, na Europa, toda a gente desconfia das previsões do Governo português, toda a gente fala das incertezas das decisões e toda a gente mostra não acreditar nas decisões do Governo português. Objetivamente, passados dois meses de ação governativa o senhor primeiro-ministro é o campeão da desconfiança”.

Recordando que no passado o PS erguia muito a sua voz dizendo que Portugal era muito submisso no plano europeu, o líder da bancada do PSD ironizou, afirmando que isso certamente agora mudou, como se comprova nas várias nas várias alterações da proposta orçamental apresentada pelo Governo de Portugal.

Depois de confrontar António Costa sobre as posições assumidas pelo Executivo português em matérias de união bancária e política de coesão, Luís Montenegro centrou a sua intervenção na crise dos refugiados. A este propósito, o social-democrata recordou uma entrevista dada por António Costa, em que afirmava que Portugal queria acolher emigrantes integráveis, adiantando que “temos muitas zonas ruais, despovoadas, onde é preciso pessoas com experiência agrícola, como por exemplo pastores ou ajudantes de colheita”. “Depois da tirada da limpeza das matas, eis o novo plano de ação para esta matéria. Estas ideias parecem-nos demasiado preconceituosas e discriminatórias e não favorecem a integração dos refugiados. A Europa precisa de garantir que assegura aos seus cidadãos e aos refugiados condições de vida que sejam dignas, mas também de garantia de oportunidades em todos os níveis. Ficava bem ao Governo português não minorizar a capacidade destas pessoas que procuram na Europa um projeto de vida”.



## PSD quer que o Governo divulgue carta a Bruxelas sobre novas medidas

O líder parlamentar do PSD pede que o Governo divulgue a carta enviada a Bruxelas no âmbito da negociação do Orçamento do Estado para 2016, para que se perceba o impacto das “novas medidas”. “Tem passado despercebido mas é altura de perguntar ao Governo pelo documento que serviu de base à tomada de posição da Comissão Europeia na passada sexta-feira no qual houve o comprometimento de novas medidas”, afirmou Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas, no Parlamento.

O deputado recorda que na proposta de Orçamento do Estado para 2016 “foi corrigido o valor do défice de 2,6% para 2,2 % e o valor do PIB (Produto Interno Bruto) de 2,1 para 1,8%) e que isso terá sido feito “a

troco de medidas apresentadas” à Comissão Europeia. “Sobre essas medidas, que terão sido quantificadas, a UTAO [Unidade Técnica de Apoio Orçamental vem dizer que carecem de explicação. E creio que a forma mais transparente era o governo difundir a carta, a missiva, na qual se comprometeu a tomar determinadas medidas que tivessem este efeito com a quantificação que esta subjacente”, defendeu.

A proposta de Orçamento do Estado para 2016 prevê um défice de 2,2% do PIB, um crescimento da economia de 1,8% e foi entregue no dia 5 de fevereiro no parlamento, após uma semana de intensas negociações entre Lisboa e Bruxelas. O Governo começou por apresentar o esboço de orçamento a 22 de janeiro, prevendo um défice orçamental de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e um crescimento económico de 2,1%. A Comissão Europeia considerou a aprovação do projeto orçamental de Portugal positiva, mas advertiu que os riscos de incumprimento das regras orçamentais europeias “foram reduzidos, mas não eliminados”, e prometeu reavaliar a situação portuguesa em maio.

Luís Montenegro atribuiu a subida dos juros da dívida soberana portuguesa aos “sinais dados pela governação do país”, considerando que “a marca da trapalhada” do processo orçamental gera insegurança e instabilidade. “Infelizmente é com muito apreensão e preocupação que nós verificamos que os juros da dívida portuguesa têm vindo a subir de uma forma já muito significativa e que não tem paralelo com países que se encontram em circunstâncias análogas à nossa. Isto é da responsabilidade direta daquilo que são os sinais dados pela governação do país”, afirmou Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas no final de reunião da bancada do PSD.

Insistindo que apesar da instabilidade dos mercados financeiros nas últimas semanas, o comportamento dos juros da dívida no caso de Portugal “não é o mesmo face a outros países periféricos e a outras economias que têm dificuldades como a nossa”, o líder parlamentar do PSD considerou que isso acentua a ideia de que “os avanços e recuos do Governo” no Orçamento geram falta de confiança: “Este processo orçamental que tem tido a marca da trapalhada, estes avanços e recuos do Governo, a atitude revanchista face àquilo que eram caminhos que se estavam a percorrer no domínio dos transportes, no domínio da educação, no domínio da economia, tudo isso tem um efeito, porque gera falta de confiança, gera insegurança e gera instabilidade”.

# Alterações orçamentais revelam “incompetência” do Governo



A deputada do PSD Margarida Balseiro Lopes questionou no Parlamento “o que resta do professor Mário Centeno”, considerando que as alterações entre o esboço orçamental e a proposta de orçamento para 2016 “são resultado da sua incompetência”. Numa intervenção nas comissões parlamentares de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e do Trabalho e Segurança Social, a deputada social-democrata Margarida Balseiro Lopes apresentou a evolução das posições do PS e do governante, considerando que “as diversas alterações entre o esboço orçamental e a proposta de orçamento são essencialmente resultado da sua incompetência”.

O ministro das Finanças foi ouvido nestas comissões a propósito da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2016 (OE2016). A deputada afirmou que o OE2016 - “mais do que um orçamento do toma lá, dá cá - é sobretudo um orçamento do vamos ver o que isto dá” e questionou mesmo: “Se olharmos para o programa eleitoral do PS, para o programa do Governo do PS, para os acordos à esquerda, para o esboço e para a proposta orçamental, a pergunta que fica é o que resta do professor Mário Centeno”.

Margarida Balseiro Lopes referiu-se à descida da TSU para os trabalhadores, que “primeiro era uma redução generalizada, depois era para os trabalhadores até aos 600 euros e agora não é nada”, e também falou das contratações na função pública, considerando que “primeiro eram novas contratações, depois falou-se numa estabilização e agora, pelos vistos, por cada um que entre têm de sair dois”.

A deputada do PSD sublinhou que, “ao contrário do que [o PS] tinha dito, palavra dada não é palavra honrada”, concluindo que “restam um conjunto de contradições e de falhanços” e que “a credibilidade do Orçamento está já ferida de morte”.

# Mecanismos de compensação à interdição de pesca do Goraz

Os deputados do PSD/Açores na Assembleia da República defendem que o Governo da República e o governo regional “devem solicitar a ativação dos mecanismos comunitários de compensação, no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca, para fazer face ao período de defeso da pesca do Goraz, entre 15 de janeiro e 29 de fevereiro”.

Segundo explicou António Ventura, esse período de defeso “foi estabelecido pelo Governo Regional, e fez com que o rendimento dos pescadores açorianos diminuísse muito. Ainda mais porque ocorre numa altura em que o inverno tem sido desfavorável, impedindo a pesca de outras espécies piscícolas e afetando toda a fileira”, avançou.

O social-democrata explicou que os pescadores açorianos “se queixam destas duas situações, que estão a ser lesivas para os seus rendimentos. A interdição à pesca do Goraz é uma medida de sustentabilidade na gestão da espécie, mas não se pode esquecer a perda de rendimento dos pescadores açorianos”, considera.

Berta Cabral e António Ventura apontam igualmente a ativação dos mecanismos comunitários de compensação, ou a criação de mecanismos de compensação próprios. “Mas têm de ser os governos regional e da República a demonstrar interesse por essas soluções, e foi nesse sentido que questionamos o executivo nacional”, assinalam.



# Parque Natural da Terceira merece uma maior valorização

Os deputados do PSD/Açores, eleitos pela Terceira, defendem uma “maior valorização do Parque Natural da Ilha”, considerando-o “um mundo de potencialidades por explorar, ao nível das atividades ligadas ao ambiente e à natureza, bem como ao desporto e ao lazer”, alertou Luís Rendeiro. De acordo com o social-democrata, “é preciso encontrar um equilíbrio entre a conservação do nosso património natural e a criação de um produto turístico que possa trazer mais valias à ilha. E esse equilíbrio deve servir os terceirenses e quem nos visita”, frisou, após uma reunião com a diretora do Parque Natural de Ilha.

“O Parque Natural da Ilha Terceira é o maior da região, sendo dotado de uma riqueza biológica e geológica única nas nossas ilhas, e que não tem merecido o devido destaque no que toca à promoção turística dos Açores”, sublinhou o deputado do PSD/Açores. “O parque tem todas as condições para dar à Ilha Terceira uma diferenciação positiva, dentro da vasta riqueza natural do arquipélago. Mas para isso é preciso mais investimento em equipamentos, acessibilidades e divulgação”, acrescentou.

Para Luís Rendeiro, “todo esse potencial deve contribuir para o desenvolvimento da Terceira, criando emprego e riqueza através do setor turístico”.





# Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

**GRANDE  
COMÍCIO  
FESTA**

**13.<sup>0</sup>** vai assinalar  
aniversário do

**PSD**



**SÁBADO  
dia 9  
de Maio  
início  
às 15 horas**

**INTERVENÇÃO DE CAVACO SILVA**

**Palácio  
de Cristal no Porto**

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**Recepção**

**Terça-feira até 12h00**

**Para: Fax: 21 3973168**

**email: convocatorias@psd.pt**



**AZEITÃO / NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Azeitão, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 18 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede da secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 -1º Esq. - Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Poto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h30

**FARO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 29 de Fevereiro de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luis, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 – Apresentação das contas do PSD de Faro e Orçamento para 2016

3 – Assuntos diversos

**LEIRIA / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Março de 2016, (segunda-feira) pelas 20h30, no Auditório da Câmara Municipal de Ansião, sita na Praça do Município - Ansião, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Preparação do 36º Congresso Nacional do PSD

3 - Análise da situação política Distrital e Nacional

**MAFRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Apresentação e aprovação das contas referentes ao ano de 2015

2 – Análise da situação política a nível local e nacional

**SANTA MARINHA E AFURADA / NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santa Marinha e Afurada – Vila Nova de Gaia, para reunir, no próximo dia 18 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Poto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

**SETÚBAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 18 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq. – Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Poto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h30

**SETÚBAL / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 29 de Fevereiro de 2016, (segunda-feira), pelas 21h00, na Galeria Municipal do Montijo, sito na Rua Almirante Cândido dos Reis, 12, - Montijo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações;

2 - Contas 2015

3 - Proposta Temática ao XXXVI Congresso Nacional PSD

4 - Análise da Situação Político-Partidária.

**VISEU / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 – Aprovação das contas do ano de 2015 e orçamento de 2016

3 – Análise da situação política



**I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco I Conselho Nacional Extraordinário para o dia 28 de Fevereiro de 2016 (domingo), pelas 15 horas, no Concelho da Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Marcação do XXIV Congresso Nacional da JSD e respectivos procedimentos regulamentares.

**(A SEGUINTE CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR)**

**NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 11 de Março, pelas 13h00, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sita Alameda da Universidade Cidade Universitária, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (NESD/FDL).

Nota:

A organização do ato eleitoral será da responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia do NESD/FDL da JSD ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia do NESD/FDL da JSD ou a quem estatutariamente o possa substituir, em local a definir, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, cumprindo para isso os requisitos a ser publicados nos locais próprios.

As urnas estarão abertas entre as 13h00 e as 17h00.

**MIRANDELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário de Mirandela, a reunir no dia 26 de Fevereiro de 2016, pelas 21h, na Sede Concelhia de Mirandela do PSD e da JSD, sita na Av. 25 de Abril, 273, Sub loja Esq. - Fracção G, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 – Análise Biénio 2014-2016;

3 - Outros assuntos.

**NÚCLEO DE FÁTIMA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis convoco os militantes do Núcleo da JSD de Fátima para reunirem em Plenário Eleitoral, no dia 19 de Março de 2016 (Sábado), pelas 17 horas, na sede do PSD Fátima, sita na Avenida Beato Nuno, nº 87, 1º Dto, Fátima, com

a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo da JSD Fátima.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Militantes da JSD Concelhia de Ourém, ou a quem legalmente o substitua, na sede do PSD Ourém, sita na Rua Dr. Carlos Vaz Faria e Almeida, nº 31 – 1º Dto, Ourém, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas pelo período de duas horas, entre as 17h e as 19h.

**NÚCLEO RESIDENCIAL DA JSD UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA MARIA DA FEIRA – TRAVANCA-SANFINS-ESPARGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, para o dia 19 de Março de 2016, pelas 10 horas, na Sede do PSD/JSD da Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 10h00m e as 12h00m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede supra citada, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**CONCELHIA DE SANTA MARIA DA FEIRA – NÚCLEO RESIDENCIAL DE LOUROSA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Santa Maria da Feira, Lourosa, para o dia 19 de Março de 2016, pelas 14 horas, na Pavilhão Gimnodesportivo de Lourosa, sito na Rua da Escola C+S Lourosa, em Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**AS CONVOCATÓRIAS SEGUINTE PERTENCEM AO POVO LIVRE ANTERIOR ALENQUER**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Alenquer, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 18 horas, na Sede da JSD de Alenquer, sita na rua Gago Coutinho, nº 36, R/C, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h às 20h;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 22h às 23h59m.

**ARRUDA DOS VINHOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 15 horas, na Sede da JSD Arruda dos Vinhos, sita na Avenida Timor Lorosae, nº 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00m às 18 horas;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 22:30h às 24h.

**CADAVAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD do Cadaval, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 14 horas, na Sede da JSD do Cadaval, sita na rua D. Fernando, nº 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Nota:

As urnas estarão abertas das 14h às 16h;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de acei-

tação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 23h às 24h.

**LOURINHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 14 horas, na Sede da JSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Nota:

As urnas estarão abertas das 14h às 17h;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 21:30h às 24h.

**SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD do Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 15 horas, na Sede da JSD do Sobral de Monte Agraço, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº 9, 1º Direito, com a seguinte ordem

de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Notas:

As urnas estarão abertas das 15 às 17h;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 22:30h às 24h.

**TORRES VEDRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2016, sábado, pelas 15 horas, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, nº1, 3º Direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h às 18h;

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues, ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de Março de 2016 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 22h às 24h.



**ASSEMBLEIA DISTRITAL**

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoco os militantes dos TSD para reunir no próximo dia 5 de Março de 2016, entre as 14.00 e as 20.00 horas, nas moradas abaixo discriminadas, com a seguinte:

**Ordem de Trabalhos**

1. Eleição dos Delegados dos TSD de Coimbra ao 36º Congresso Nacional do PSD.

Coimbra:

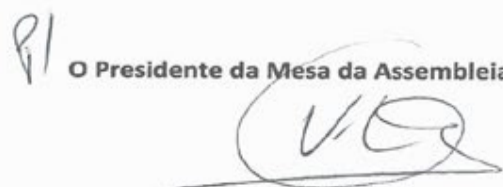
Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16.

Figueira da Foz:

Rua da Liberdade, 6

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h00 do dia 3 de Março de 2016 na sede distrital do PSD, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, Coimbra.

Coimbra, 01 de Fevereiro de 2016

  
O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital  
José Luís Pais



### ASSEMBLEIA DA SECÇÃO LABORAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do art.º 53 dos Estatutos dos TSD e do estabelecido no Regulamento Eleitoral convocam-se todos os militantes da área geográfica da Secção Laboral dos Profissionais de Saúde Distrito do Porto para reunirem em Assembleia de Secção no dia 18 de Março de 2016, das 18H às 21H na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição do Secretariado da Secção Laboral dos Profissionais de Saúde Distrito do Porto  
Porto, 13 de Fevereiro de 2016

O Presidente do Secretariado Distrital do Porto  
Manuel Pereira Gomes

Nota – De acordo com o nº3 do artº4 do regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais dos TSD, os processos de candidaturas são apresentados até às 22H00 do dia 11 de Março ao Secretariado Distrital do Porto Rª Guerra Junqueiro,64. No Porto

# Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste

## Capítulo 1| Do presente regulamento

### Artigo 1º

#### Objeto

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea b) do artigo 3º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste.

### Artigo 2º

#### Definição

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

## Capítulo 2 | Do Congresso Distrital e dos seus membros

### Artigo 3º

#### Competências

É da competência do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Congresso Distrital/Mesa do Conselho Distrital, bem como da Comissão política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

### Artigo 4º

#### Composição e Direitos de Voto

1 – Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:

- O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do artigo 59º dos Estatutos Nacionais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
- 50 representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.

2 – São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito a voto:

- A Mesa do Congresso/Conselho Distrital;
- Os membros da Comissão Política Distrital;
- Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), f), g), h), i), j), do artigo 4º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência de quórum, designadamente verificando o número de presentes.

### Artigo 5º

#### Eleição dos Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio

A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada concelhia através da aplica-

ção do método de Hondt, após a atribuição automática de 1 delegado a cada concelhia, assegurando-se o disposto no número 3 do artigo 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo de 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente;
- Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- Até ao 3º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militante de cada concelhia da região;
- Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD;
- Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

### Artigo 6º

#### Direito dos Membros

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declarações de voto por escrito, para constar em ata.

### Artigo 7º

#### Deveres dos Delegados

Constituem deveres dos Membros:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso ou quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.



Artigo 8º

Participantes e Observadores

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da região;

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída em todo o Congresso ou apenas em parte do mesmo e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

Capítulo 3 | Dos trabalhos

Artigo 9º

Data e Hora

O III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste decorrerá no dia 19 de Março de 2016, no concelho de Torres Vedras, com início às 14:30h.

Artigo 10º

Quórum

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou de manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. No que diz respeito aos Delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4. Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte na lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Congresso até ao início dos trabalhos.

Artigo 11º

Funcionamento

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza e este Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12º

Ordem de Trabalhos

1. Credenciação dos Membros do Congresso;
2. Abertura e Boas Vindas;
3. Apresentação e apreciação do Relatório de Atividades da Comissão Política Distrital no ano de 2015;
4. Apresentação e discussão das moções sectoriais para o mandato 2016-2018;
5. Apresentação e discussão das moções de estratégia global para o mandato 2016-2018;
6. Votação das moções sectoriais;
7. Outros pontos de interesse da JSD Distrital Lisboa Área Oeste;
8. Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2016-2018 (urnas abertas das 18 às 18:30 horas);
9. Apuramento dos resultados e divulgação;
10. Tomada de Posse dos órgãos distritais eleitos;
11. Encerramento dos trabalhos.

Artigo 13º

Uso da palavra

A palavra será concedida aos Membros do Congresso para os seguintes efeitos:

- a. Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de 10 minutos e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b. Exercer o direito de resposta, sem exceder 3 minutos;
- c. Participar nos debates, tendo direito a 5 minutos de intervenção;
- d. Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os 3 minutos;
- e. Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f. Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- g. Apresentar recursos, sem exceder os 3 minutos;
- h. Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os 3 minutos;
- i. A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido da palavra;
- j. A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14º

Competências do Presidente da Mesa

Compete ao Presidente da Mesa do Congresso:

- a. Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- b. Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;

- c. Conceder a palavra aos delegados e aos participantes;
- d. Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e. Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f. Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora da ordem ou retirando-lhe a palavra;
- g. Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15º

Competências dos Vice-presidentes

Compete aos Vice-presidentes da Mesa do Congresso:

- a. Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b. Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c. Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16º

Competências dos Secretários

Compete aos Secretários da Mesa do Congresso:

- a. Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar votações;
- b. Organizar as inscrições dos Membros ou participantes que pretendam usar da palavra;
- c. Fazer leituras indispensáveis dos documentos durante o Congresso;
- d. Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e. Servir de escrutinador;
- f. Elaborar as atas.

Capítulo 4 | Das Moções e Candidaturas

Artigo 17º

Moções da Estratégia

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter uma Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o subscritor entenda fazer constar. No decorrer dos trabalhos a apresentação da Moção não deve ultrapassar os 25 minutos;

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo das Moções;

3. As Moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório e a sua identificação pode incluir referência a uma lista, lema ou localidade.

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18º

Moções Sectoriais

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo. Estas poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer Membro do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos Participantes e Observadores;

2. Se aprovadas, e contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19º

Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20º

Candidaturas aos Órgãos Distritais

As listas devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem este delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital Oeste.

Artigo 21º

Distinções Honorárias Distritais

1. O Congresso Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente, no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da região e pela promoção dos ideais da JSD;

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da região,

contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD;  
 3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da Comissão Política Distrital, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias;  
 4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos Membros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respetiva região, da afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**Capítulo 5 | Das Disposições Finais**

**Artigo 22º**  
 Lacunas

A integração de lacunas, bem como a resolução de dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

**Artigo 23º**  
 Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação.

**Cronograma do processo eleitoral e de preparação do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste**

- 1 VII Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste 13/02/2016 Sábado
- 1 VII Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste 13/02/2016 Sábado
- 2 Entrega das convocatórias para a eleição dos Delegados ao Presidente da Mesa do Congresso 15/02/2016 Segunda-feira
- 3 Publicação do Regulamento do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste no Povo Livre 17/02/2016 Quarta-feira
- 4 Publicação das convocatórias da eleição dos Delegados ao III Congresso da JSD Distrital Lisboa Área Oeste 17/02/2016 Quarta-feira
- 5 Fecho da listagem de militantes e envio ao Presidente da Mesa Até 22/02/2016 Segunda-feira
- 6 Rateio dos delegados pelas Concelhias Até 26/02/2016 Sexta-feira
- 7 Entrega das listas candidatas de delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste na sede concelhia Até às 23:59h de 09/03/2016 Quarta-feira
- 8 Eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste 12/03/2016 Sábado (horário dependente das concelhias)
- 9 Entrega da documentação da eleição dos delegados (Ata Eleitoral, Listas Candidatas, Termos de Subscrição e Aceitação) 15/03/2016 Sexta-feira
- 10 Entrega de candidaturas (listas aos órgãos e Moção de Estratégia Global) Até 16/03/2016 Quarta-feira (23:59h)
- 10 Entrega de Moções Sectoriais Até 16/03/2016 Quarta-feira (23:59h)
- 12 Entrega de propostas de Presidente Honorário da JSD Distrital Lisboa Área Oeste Até 18/03/2016 Sexta-feira (23:59h)
- 13 Entrega de propostas de Militante Honorário da JSD Distrital Lisboa Área Oeste Até 18/03/2016 Sexta-feira (23:59h)
- 14 III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste 19/03/2016 Sábado (14:30h)

# Regulamento de Participação da Juventude Social Democrata no XXXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata A Decorrer de 1 a 3 de abril de 2016 em Espinho, Distrito de Aveiro.

**Artigo 1º**  
 (Âmbito)

O presente regulamento define as formas de participação da JSD no XXXVI Congresso Nacional do PSD.

**Artigo 2º**  
 (Apresentação de Propostas)

1. A Comissão Política Nacional (CPN) poderá, em nome da JSD, apresentar propostas sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos do Congresso.
2. Os Membros do Conselho Nacional e as Comissões Políticas Distritais, deverão remeter por escrito à Comissão Política Nacional da JSD até 18h00 do dia 18 de Março de 2016, todos os contributos que entenderem válidos para a elaboração de propostas.

**Artigo 3º**  
 (Rateio)

Os setenta (70) congressistas da JSD presentes no XXXVI Congresso Nacional do PSD, de acordo com o regulamento do Congresso, são rateados do seguinte modo:

- a) Catorze (14) delegados para os Órgãos Nacionais da JSD;

b) Cinquenta e seis (56) delegados a distribuir pelas Comissões Políticas Distritais e Regionais em efetividade de funções, sendo atribuído um delegado a cada Comissão Política Distrital/Regional e os restantes rateados por método de hondt, de acordo com o número total de militantes.

**Artigo 4º**  
 (Delegados)

1. Os Delegados atribuídos aos Órgãos Nacionais serão indicados de entre os seus membros.
2. Os Delegados atribuídos às Comissões Políticas Distritais/Regionais serão indicados pelas respectivas Comissões Políticas.
3. Caso alguma Comissão Política Distrital/Regional não proceda à indicação ou à inscrição de algum dos delegados que cabem à respectiva Região ou Distrito, a Comissão Política Nacional indicará o respectivo substituto.

**Artigo 5º**  
 (Substituição e Suplentes)

As substituições a efetuar, em caso de existir impedimento de algum Delegado em estar presente no XXXVI Congresso Nacional do PSD, serão efectuados de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional da JSD.

**Artigo 6º  
(Inscrição)**

1. A inscrição dos Delegados da JSD processa-se perante a Secretária-Geral da JSD, e as respectivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 14 de Março de 2016.

2. A inscrição só será válida se cumpridos os pressupostos previstos no respectivo regulamento.

**Artigo 7º  
(Observadores)**

1. A Comissão Política Nacional da JSD rateará os lugares de Observadores atribuídos à JSD, informando disso as Comissões Políticas Regionais e Distritais.

2. A inscrição dos Observadores da JSD processa-se perante a Secretária-Geral da JSD, e as respectivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 14 de Março de 2016.

**Artigo 8º  
(Publicidade e entrada em vigor)**

Este regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Conselho Nacional da JSD.

**Rateio dos Delegados da JSD ao XXXVI Congresso Nacional do PSD  
1, 2 e 3 de abril de 2016 – Espinho, Aveiro.**

<b>Distribuição Delegados</b>		
<b>CPN</b>		<b>11</b>
<b>Mesa CN</b>		<b>1</b>
<b>CJN</b>		<b>1</b>
<b>CEI</b>		<b>1</b>
<b>Regional</b>	<b>Açores</b>	<b>3</b>
<b>Distrital</b>	<b>Aveiro</b>	<b>4</b>
<b>Distrital</b>	<b>Braga</b>	<b>6</b>
<b>Distrital</b>	<b>Bragança</b>	<b>2</b>
<b>Distrital</b>	<b>Castelo Branco</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Coimbra</b>	<b>3</b>
<b>Distrital</b>	<b>Évora</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Faro</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Guarda</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Leiria</b>	<b>3</b>
<b>Distrital</b>	<b>Lisboa Área Metropolitana</b>	<b>6</b>
<b>Distrital</b>	<b>Lisboa Área Oeste</b>	<b>1</b>
<b>Regional</b>	<b>Madeira</b>	<b>3</b>
<b>Distrital</b>	<b>Portalegre</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Porto</b>	<b>9</b>
<b>Distrital</b>	<b>Santarém</b>	<b>4</b>
<b>Distrital</b>	<b>Setúbal</b>	<b>1</b>
<b>Distrital</b>	<b>Viana do Castelo</b>	<b>2</b>
<b>Distrital</b>	<b>Vila Real</b>	<b>2</b>
<b>Distrital</b>	<b>Viseu</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>		<b>70</b>

Total de Delegados da JSD no XXXVI Congresso Nacional do PSD = 70